

Título do capítulo	CONSIDERAÇÕES FINAIS – ANÁLISE DE CLASSES, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: RESPOSTAS EM CONSTRUÇÃO E INTERROGANTES PENDENTES
Autor(es)	-
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/consideracoesfinais
Título do livro	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Organizadores	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	-
ISBN	978-65-5635-064-6
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANÁLISE DE CLASSES, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: RESPOSTAS EM CONSTRUÇÃO E INTERROGANTES PENDENTES

The report of my death was an exaggeration.

Mark Twain

Este livro apresentou um conjunto de trabalhos que abordaram os aspectos teórico-metodológicos do uso de tipologias de classe baseadas na ocupação e a aplicação dessa abordagem ao estudo de diferentes dimensões da dinâmica social brasileira contemporânea. O primeiro grupo de trabalhos discute e problematiza os aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam a pertinência do uso da análise de classes sociais, assim como as limitações desse dispositivo analítico para a compreensão de diferentes fenômenos sociais da realidade brasileira.

O segundo grupo de trabalhos aplicou a análise de classe para elaborar diagnósticos de diferentes problemas que afetam o bem-estar da sociedade brasileira. Foram abordados problemas como desigualdade de renda e riqueza e suas implicações para a mobilidade social; foi tratada, na análise das múltiplas dimensões da desigualdade, a questão de raça e gênero, marcadores sociais fundamentais para entender essas desigualdades. Foram igualmente tratados os efeitos nos diferenciais educacionais determinados pela localização de classe de origem dos indivíduos. Analisaram-se os efeitos do processo macroeconômico de desindustrialização precoce do país nas mudanças da sua estrutura de classe e, por fim, a questão da polarização de renda pela ótica de um mapa de classes da sociedade brasileira e de suas possíveis implicações no plano político.

O resultado desse esforço de discussão teórico-metodológica da abordagem de classe e de suas aplicações aos problemas sociais brasileiros, sem dúvida, é positivo. O saldo das contribuições presentes neste livro sugere que o conceito de classe – com suas diferentes abordagens – continua importante para a compreensão de um vasto conjunto de fenômenos sociais, mesmo que, como todo dispositivo analítico, tenha restrições e limitações. Reconhecer isso implica um esforço permanente dos pesquisadores que adotam a abordagem de classes de crítica e a reformulação desse

dispositivo metodológico para o estudo da dinâmica social e de problemas do capitalismo contemporâneo, especialmente na situação de dependência e periferia.

Nessa perspectiva, vale mencionar dois desafios – selecionados entre muitos que poderiam ser listados – que vão exigir respostas da abordagem de análise de classes no sentido de aprimorar sua capacidade explicativa dos fenômenos sociais brasileiros. O primeiro é um problema de natureza empírica, que se refere aos limites do uso de Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNADs) para a construção de mapas de classes aplicados ao Brasil. As limitações dessas bases de dados são de diferentes ordens, mas pode-se mencionar como uma restrição importante a cobertura da variável de renda. Como é sabido, essa variável das pesquisas domiciliares subestima as rendas dos estratos mais baixos e, principalmente, dos estratos de renda mais alta (Medeiros, Souza e Castro, 2015), inclusive pela ausência de informações sobre as rendas com origem em aplicações em ativos financeiros e de outra natureza. A superação dessa limitação requer a ampliação da base de dados de pesquisas domiciliares com a incorporação de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) e, ainda, de dados agregados de renda da Receita Federal, com garantia de não permitir a quebra do sigilo do declarante. A incorporação dessas bases de dados, inclusive as informações dos Censos Demográficos, pode melhorar a base empírica para a construção de mapas de classe aplicados à realidade social brasileira.

A segunda questão de natureza teórico-metodológica trata do problema da causalidade no uso de tipologias de classe para analisar a dinâmica social e seus problemas. Trata-se do problema conhecido da determinação das relações causais entre estrutura de classe e fenômenos sociais, por exemplo, o comportamento e a ação política. Visto de outro ângulo, a questão se refere, muito *grosso modo*, a quais variáveis podem ser consideradas exógenas e quais são endógenas na abordagem de classes sociais aplicada aos fenômenos sociais que aquela pretende explicar. Como explicitar e delimitar precisamente os diferentes tipos de relação de causalidade que possibilitem testes estatísticos que validem empiricamente as relações entre variáveis de estrutura de classe e fenômenos sociais que, teoricamente, estariam condicionados por essa estrutura, mas também podem apresentar causalidades cumulativas e retroalimentadas?

A questão de causalidade entre, por exemplo, estrutura e ação social é uma velha questão sociológica – presente também em outras ciências sociais – que continua em aberto, mas que a adoção do dispositivo de análise de classe necessariamente recoloca como um problema a ser enfrentado, sob o risco de se esvaziarem as possibilidades analíticas desse dispositivo. É preciso recuperar e requalificar a discussão dos operadores sociais de produção de ideologia, de identidade e consciência de classe, pois são imanentes ao conceito de classe e estrutura de classe e delimitam as possibilidades de construção de redes de causalidade e seu teste empírico.

Entretanto, mesmo com todas as limitações, tipologias de classe constituem instrumentos importantes para a compreensão de fenômenos relacionados às dimensões das desigualdades sociais e econômicas. Isto é especialmente relevante em uma sociedade como a brasileira, que apresenta elevado nível de desigualdades em múltiplas dimensões, as quais se reproduzem espacial e temporalmente e colocam diferentes óbices à mobilidade social, especialmente quando associados a um cenário de semiestagnação do crescimento econômico (Marquetti *et al.*, 2023). Portanto, os mapas de classe posicionais – seja de extração neomarxista ou weberiana – ajudam a descrever e analisar as diversas formas de desigualdades que condicionam o padrão de consumo, o acesso à educação e saúde, as oportunidades de vida dos indivíduos e, ainda, as possibilidades e os limites da ação coletiva para alterar a estrutura de classe na qual se inserem.

É importante registrar que a sociologia do desenvolvimento, na qual tem relevância a contribuição cepalina,¹ tinha a preocupação de analisar os processos de mudança da estratificação social dos países retardatários e periféricos. O processo de transformação das estruturas sociais desses países, causado pelo processo de industrialização conduzido pela planificação, era um fator a ser considerado na superação da condição de subdesenvolvimento e na modernização social e político-institucional, assim como na redução das desigualdades e da superação da pobreza, traços constitutivos das economias de sociedades retardatárias e periféricas na América Latina.

A superação do subdesenvolvimento, portanto, não podia deixar de lado a questão da estratificação social e sua mudança, pois essa estrutura apresenta implicações fundamentais para a formação de coalizões sociais e políticas que podem impulsionar ou criar óbices para a adoção de políticas de desenvolvimento de cunho industrializante. Nessa perspectiva, é pertinente recolocar atualmente a questão clássica da sociologia do desenvolvimento em um processo que se apresenta cada vez mais de forma invertida: quais os efeitos da desindustrialização precoce da economia brasileira – na presença de mecanismos que reproduzem as múltiplas desigualdades da sociedade brasileira – na sua estrutura de classe? O que leva a uma segunda questão: quais as bases sociais, dada a atual estrutura de classes da sociedade brasileira, para a formação de coalizões políticas² que apoiem medidas econômicas que possibilitem a superação da armadilha do baixo crescimento do Brasil? Afinal, o desenvolvimento não é um processo que resulta da ação social e política de sujeitos coletivos?

1. Sobre as contribuições da sociologia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ao problema do desenvolvimento, ver Faletto (1996).

2. O aspecto da sustentação social e política é geralmente negligenciado na formulação e execução das políticas públicas, mas tem sido recentemente recuperado e se tornou relevante na literatura de crescimento econômico – a esse respeito, ver, por exemplo, Baccaro e Pontusson (2022). Esse aspecto da economia política da política econômica tem sido apontado a bastante tempo por Bresser-Pereira (2010).

Por fim, cabe ressaltar que, como todo método, a análise de classe baseada nas ocupações tem méritos e limites. Para superá-los, seria interessante a combinação desse método com estudos que descrevam a história da constituição das classes brasileiras. Da mesma forma, seria interessante, embora altamente complexo, juntar a análise de classe com etnografias das diferentes frações da sociedade brasileira. Estas são sendas ainda pouco exploradas, mas que podem apresentar grandes perspectivas no futuro. Em suma, a agenda de pesquisa que se abre com as contribuições deste livro é complexa, mas central para abreviar, na bela expressão de Celso Furtado, o nosso “longo amanhecer”.

REFERÊNCIAS

- BACCARO, L.; PONTUSSON, J. The politics of growth models. **Review of Keynesian Economics**, v. 10, p. 204-221, 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. **Lua Nova**, v. 81, p. 117-146, 2010.
- FALETTO, E. La CEPAL y la sociología del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, n. 58, p. 191-204, abr. 1996.
- MARQUETTI, A. *et al.* Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. **Revista de Economia Política**, v. 43, n. 2, p. 309-334, 2023.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. de. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Natália de Oliveira Ayres

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

